

# **A EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E DA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE AÇÚCAR ENTRE 1930 E 1965: PRIORIZANDO O MERCADO INTERNO E ADMINISTRANDO EXCEDENTES\***

PEDRO RAMOS<sup>1</sup>

## **1. INTRODUÇÃO**

Embora a produção de açúcar no Brasil seja a atividade produtiva de caráter não extrativo mais antiga do Brasil, pode-se afirmar que há algum grau de desconhecimento e de menosprezo das implicações de sua expansão como um produto industrial e de mercado interno no período mais recente da história brasileira. Predomina uma simplificação indevida ou mesmo um equívoco quando, exatamente em decorrência daquela antiguidade, muitos economistas e outros analistas parecem considerar o açúcar um produto primário e de exportação, sem que sejam feitas quaisquer referências a períodos, qualificações ou observações adicionais.

Pretendendo contribuir para a superação destes posicionamentos e para uma melhor compreensão da realidade, o presente texto traça uma síntese dos antecedentes históricos mais da produção do que do consumo de açúcar no mundo, relacionando isso com aspectos técnico/produtivos e com o caso brasileiro até 1930, para, na parte seguinte, estender e detalhar a análise até o início dos anos sessenta, enfocando as relações entre a exportação e a produção nacional, desagregando tanto quanto possível os dados. Embora a exportação tenha ficado ainda sob administração estatal até 1988, o período aqui tratado se justifica pelo fato de que foi somente após iniciar-se a década de 1960 que as vendas externas assumiram destaque no contexto da intervenção estatal, quando o açúcar brasileiro deixou de ter um participação residual no mercado mundial. Evitou-se estender a análise sobre esses últimos anos devido, entre outros aspectos, à conturbada conjuntura mundial do açúcar, o que faria com que o texto se prolongasse além do necessário para cumprir seu objetivo principal.

## **2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: De produto agrícola à produto industrial e/ou do mercado externo ao mercado interno**

O açúcar é um produto de consumo humano bastante antigo, sendo que sua produção desde há muito foi marcada por sua obtenção a partir da cana-de-açúcar, o que tornou possível a ampliação de seu comércio na época dos grandes descobrimentos. Isso fez com que ele ficasse marcado como um produto colonial. Essa situação alterou-se sobremaneira com o surgimento do açúcar de beterraba, cuja produção já nasceu como um desdobramento dos avanços técnico/produtivos decorrentes do advento da Primeira Revolução Industrial, a qual também atingiu a produção de açúcar de cana. Cabe lembrar que o açúcar foi inicialmente um bem de autoconsumo e utilizado como remédio (LIPPMANN, 1940-1942).

Durante muito tempo sua produção ficou caracterizada como atividade agrícola e que logo foi associada à expansão e ocupação das terras descobertas e/ou conquistadas pelas metrópoles mercantilistas, especialmente Portugal e Espanha, mas também França, Holanda e Inglaterra. Depois, tornou-se um produto tipicamente industrial – o que muitos esquecem de ter em conta, destacando-se suas etapas mais nobres de processamento. Como se sabe, desde a primeira metade do Século XIX, a produção açucareira mundial passou a ser caracterizada pela aplicação do

princípio da divisão do trabalho, com o que a dupla especialização fez a eficiência agroindustrial elevar-se sobremaneira (ver sobre isso, RAMOS, 1999: Cap. 1). Embora esse processo tenha marcado a obtenção de açúcar a partir da cana, foi a partir de 1830 que a produção de açúcar de beterraba assumiu crescente participação no mercado mundial, tendo evoluído das 1.408 t. m. produzidas na Alemanha em 1836, para 1.830.000 t. m. em 1880, tomando-se mais cinco países europeus e os EUA (IAA, 1972:162).

Dessa forma, assim como outras, a produção de açúcar também foi submetida ao movimento internacional de capitais. Uma importante exemplo disso encontra-se na mais importante obra de Rosa Luxemburg. Tratando dos “empréstimos internacionais”, ele recorre ao caso do Egito, para lembrar que “Entre 1868 e 1869 foram encomendadas (pelo governo) dezoito imensas usinas açucareiras, cada uma com a capacidade quatro vezes maior do que a das maiores usinas conhecidas até então. Seis foram encomendadas à França e doze à Inglaterra (...), cada usina necessitaria, diariamente, de 2.000 toneladas de cana”. (LUXEMBURG, 1985:296). A autora mostra em seguida que isso ocasionou uma enorme dívida do Estado egípcio. A tentativa de constituição, no Brasil, dos denominados “engenhos centrais” também é um exemplo dessa “exportação de capital”, que obviamente, não se restringiu à segunda metade do século passado.

Contudo, não há dúvida de que os casos mais bem sucedidos de produções açucareiras a partir da cana submetidas a esse processo foram o de Cuba, principalmente por capitais dos EUA, e o de Java, que há muito tempo era uma área sob exploração holandesa. Para abreviar os comentários destes casos, basta destacar que estas duas ilhas tornaram-se, no início do Século XX, as duas principais áreas exportadoras de açúcar no mundo.

Foi exatamente nesse processo de constituição da produção de açúcar como bem industrial que o produto brasileiro perdeu o mercado externo, seja porque as metrópoles modernizaram as produções de suas colônias ou áreas de influência, seja porque, em seus territórios, constituíram a agroindústria açucareira de beterraba. Assim,

“Em 1830, quando a produção mundial de açúcar de cana era de 572.000 t. m., o Brasil contribuía com 15% para esse total (84.000 t. m.), Cuba com 13% (74.000 t. m.) e a Ásia com apenas 2,8%. Em 1880, para a produção global de 1.975.000 t. m., tais índices modificavam-se contra nós, registrando-se as parcelas de 11,2% para o Brasil (...), 28% para Cuba (...) e 21,5% para a Ásia (...)” (IAA, 1972:163).

Uma sistematização dos dados das quantidades exportadas de açúcar pelo Brasil, bem como das porcentagens de seus valores em relação ao valor total da exportação do país, desde a década de 1821/30 até a de 1941/50, foi feita pela revista Conjuntura Econômica e transcrita pela Brasil Açucareiro, no número de março de 1959 (p. 34). Tais dados mostram, além das grandes variações das quantidades, que aqueles percentuais tiveram uma queda quase contínua de 32,2 % para 0,9 % da primeira para a última década.

Quando a produção açucareira mundial adentrou o Século XX já estava bem avançado o processo aqui sintetizado, podendo-se falar de uma estrutura produtora em que se destacavam as produções dos países não industrializados/subdesenvolvidos, nas quais a cultura da cana representou uma das principais utilizações de suas terras e/ou áreas tropicais, concorrendo com as produções a partir da beterraba dos países desenvolvidos e/ou de clima temperado. No caso de disponibilidade de terras nestes últimos, constituíram-se complexos açucareiros, mercados, obviamente, tanto pela produção agrícola como pela transformação industrial (ex da França e da Alemanha); caso contrário (ex da Inglaterra e do Japão), o que passou a predominar foi o processamento, destacando-se a refinação, sendo que tais países se constituíram em grandes importadores de açúcar bruto. São poucos os países que produzem tanto açúcar de cana como de beterraba.

Assim, embora deva também ser considerada a distinção de técnica produtiva na extração do caldo, com o sistema de moendas sendo predominante no caso da cana e o de difusão empregado no processamento de beterraba, o que cabe destacar aqui são os aspectos mecânicos e químicos que permitem a transformação do caldo em açúcares cristalizados. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o que distingue fundamentalmente a produção do açúcar em estado mais “natural” do açúcar industrializado é a técnica que passou a ser conhecido como “centrifugação”, cujo equipamento principal é a turbina centrifugadora. No Brasil, isso deu origem à distinção entre os antigos engenhos banguês e as usinas, passando pelos “engenhos turbinadores”. A centrifugação permite uma melhoria na qualidade do produto, com o que a indústria pode oferecer um produto mais sofisticado e caro ao consumo humano. Na verdade, tal distinção foi retomada com o recente consumo de açúcar mascavo (escuro), que representa ainda diminuta parcela de mercado face aos “brancos” (cristal e refinado), típicos da produção em massa que marcou a evolução industrial até bem recentemente. A rapadura, tão comum ainda hoje no Nordeste, é um açúcar não-centrifugado.

No Brasil, o açúcar demerara e o cristal são os tipos centrifugados, sendo os bens típicos das usinas. Estas podem possuir refinarias anexas, as quais obtêm o refinado a partir do cristal. Contudo, predomina no mundo a refinação a partir do demerara (ou *raw sugar*. Ver sobre isso CARNEIRO, 1970). Nos engenhos predomina a produção de açúcar não centrifugado, embora não se resuma a isso a distinção entre engenho e usina, devendo-se ter em conta outros aspectos, especialmente a escala de produção e a fonte de energia.

Estas considerações foram feitas porque ainda hoje é comum encontrar-se não apenas leigos mas mesmo estudiosos próximos ao assunto aqui tratado, que tratam o açúcar como produto agrícola, talvez porque ele apareça como tal na grande maioria das estatísticas e sistemas de classificação de bens no comércio mundial. Convém destacar que mesmo a classificação “oficial” da pauta de exportações brasileiras, embora faça a distinção entre os tipos de açúcar (“processado” - cristal e refinado – e o não/processado – bruto ou demerara), acaba considerando, ao assim proceder, o açúcar genericamente como um produto agrícola, o que contribui para o predomínio daquele tratamento, mesmo entre os economistas.

Cabe ilustrar esse antigo modo de proceder. Em 1957, visitando a Academia de Ciências de Moscou, Joan Robinson, ao se referir dessa forma a esse bem, recebeu a resposta de que “Um torrão de açúcar não é uma mercadoria agrícola. É altamente processada” (ROBINSON, 1988:135). Contemporaneamente, isso também ocorre para o caso brasileiro, não se fazendo a distinção entre o bem processado e a matéria-prima: “Dos produtos agrícolas brasileiros, o açúcar é o mais controlado. O país é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar...”, apresentando-se uma tabela na qual o açúcar aparece como uma das “principais lavouras” brasileiras (GOLDIN & REZENDE, 1993:31). Outro exemplo encontra-se num recente artigo de um economista especialista: escrevendo sobre preços de produtos agrícolas, ele se refere a “cotações diárias de café, suco de laranja, algodão, açúcar, cacau, soja, trigo e milho” (HOMEM DE MELO, 2001). Obviamente, é um agrupamento indevido, no tocante também ao suco de laranja.

A esses descuidos, cabe adicionar outro. Muitos economistas brasileiros consideram o açúcar como produto de exportação, sem terem o cuidado de especificar períodos ou sem que sejam feitas quaisquer outras qualificações: “A velha economia cafeeira, já em processo de diferenciação através de outras exportações primárias como do algodão e do açúcar...” (TAVARES, 1986:105). Cabe esclarecer que a autora está se referindo ao período 1933-1955, consagrado na literatura brasileira como de “industrialização restringida”.

### **3. EVOLUÇÕES E COMPOSIÇÕES DA PRODUÇÃO E DA EXPORTAÇÃO ENTRE 1930 E 1965: a luta pelo mercado interno e uma história de excedentes e de exportações gravosas**

A intervenção estatal de âmbito nacional na agroindústria canavieira, como se sabe, foi iniciada com a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CPDA), em 1931, a qual foi sucedida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933. Os objetivos últimos dessa intervenção foram devidamente tratados em SZMRECSÁNYI, 1979 e em RAMOS, 1999 e por isso não cabe aqui retomá-los, mas insistir que sempre predominou a preocupação, no período em análise, com o equilíbrio entre oferta e procura internas, sendo que os excessos de produção passaram a ficar sob responsabilidade da autarquia.

Essa orientação da intervenção estatal parece ter partido do reconhecimento da perda do mercado externo pelo açúcar brasileiro. Essa afirmação necessita ser qualificada: quem perdeu o mercado externo foi o açúcar do Nordeste, principalmente de Pernambuco, que era então o maior produtor nacional, mas também de Alagoas. Isso ajuda a entender porque, mesmo com a doença do mosaico quase devastando os canaviais paulistas e fluminenses em meados da década de 1920, parece não ter assumido gravidade a falta de açúcar na região Sudeste (especialmente, no Estado de São Paulo e no Distrito Federal). A exportação de açúcar parece ter comprometido o abastecimento interno apenas no início da década de 1920, como constatou SUZIGAN (1986:215). Mais detidamente, parece que isso se deveu ao enorme volume da venda externa no ano de 1922, o qual chegou a 252.112 t, face às 109.068 do triênio 1918-20 e 18.272 t do de 1924-26, destacando-se nesse comportamento as exportações de açúcar cristal no triênio 1921-23, com um porcentual inusitado de 42,6% do total (conf. dados do Anuário Açucareiro de 1937).

Na verdade, as dificuldades (e prejuízos) com a exportação parecem ter sido desde logo percebidas quando do planejamento da intervenção. Isso fica claro na seguinte passagem do livro que acabou sendo referência para justificar o caráter inicial dessa intervenção: “De outra parte, há a notar que a eliminação dos excessos, enquanto não pudermos transformá-los em álcool combustível, tem de fazer-se pela exportação. Mas esta mesmo, não podemos assegurar que será sempre possível” (TRUDA, 1971:179. O livro foi escrito em 1934).

TABELA 01 – BRASIL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, DA EXPORTAÇÃO, DOS ESTOQUES E DO CONSUMO DE AÇÚCAR CENTRIFUGADO – 1935-1965 (em mil toneladas métricas)

ANO	Estoque Inicial	Produção	Exportação	Transformado em Álcool	Consumo Aparente	Estoque Final	Consumo <i>per capita</i>	Export./ Prod. %	Estoq./ Cons. %
1935	214,33	729,29	86,43	0	610,44	246,75	15,9	11,9	40,4
1936	246,75	671,92	79,1	0	604,41	235,16	15,5	11,8	38,9
1937	235,16	604,4	118	0	604,49	234,94	15,3	19,5	38,9
1938	234,94	655,53	7,73	11,94	647,42	223,38	16,1	1,2	34,5
1939	223,38	785,58	46,9	17,75	693,13	251,2	16,9	6,0	36,2
1940	251,2	893,51	66,02	25,2	759,62	293,87	18,2	7,4	38,7
1941	293,87	854,67	24,83	16,35	791,72	315,64	18,6	2,9	39,9
1942	315,64	832,02	45,88	4,24	808,24	289,3	18,6	5,5	35,8
1943	289,3	864,48	23,17	2,58	840,04	287,99	18,9	2,7	34,3
1944	287,99	933,34	57,79	0	872,23	291,31	19,3	6,2	33,4
1945	291,31	920,08	18,79	0	944,53	248,06	20,5	2,0	26,3
1946	248,06	1.076,42	10,24	0	970,84	343,41	20,6	1,0	35,4
1947	343,41	1.225,47	61,19	0	1.054,86	452,84	22	5,0	42,9
1948	452,84	1.410,16	341,57	0	1.211,70	309,73	24	24,2	25,6
1949	309,73	1.390,83	56,52	0,69	1.317,73	325,62	26,5	4,1	24,7
1950	325,62	1.403,01	24,03	0	1.393,79	310,82	26,5	1,7	22,3
1951	310,82	1.606,69	18,38	0	1.555,72	343,4	28,9	1,1	22,1
1952	343,4	1.785,02	43,35	0	1.494,37	590,7	27,1	2,4	39,5
1953	590,7	2.001,75	246,53	0	1.725,08	620,83	30,5	12,3	36,0
1954	620,83	2.118,38	150,52	0	1.745,82	842,87	30,1	7,1	48,3
1955	842,87	2.072,97	580,98	0	1.950,21	384,64	32,9	28,0	19,7
1956	384,64	2.268,15	23,38	0	2.013,57	615,85	33,1	1,0	30,6
1957	615,85	2.714,15	408,95	0	1.905,11	1.015,93	30,6	15,1	53,3
1958	1.015,93	3.003,61	775,81	0	2.254,21	989,53	35,3	25,8	43,9
1959	989,53	3.108,25	605,88	0	2.232,67	1.259,23	32,2	19,5	56,4
1960	1.259,23	3.318,72	854,77	0	2.479,39	1.243,78	35	25,8	50,2
1961	1.243,78	3.354,14	744,86	0	2.654,96	1.198,09	36	22,2	45,1
1962	1.198,09	3.238,06	478,59	0	2.806,10	1.151,46	36,9	14,8	41,0
1963	1.151,46	3.067,84	491,59	0	2.763,86	963,86	35,1	16,0	34,9
1964	963,86	3.425,29	268,24	0	2.671,55	1.449,36	33,1	7,8	54,3
1965	1.449,36	4.660,40	826,76	0	2.978,70	2.304,30	35,9	17,7	77,4

Fonte: IAA

A Tabela 01 apresenta a sistematização dos dados do mercado de açúcar no Brasil, elaborada pelo IAA (aqui com as quantidades convertidas de sacos de 60 k para toneladas métricas). Fica evidente o caráter estrutural dos excessos de produção. Como se vê, os estoques sempre formaram uma parte substancial da capacidade de oferta. Assim, as exportações não ameaçaram o abastecimento interno, isso mesmo tendo em conta os anos em que a produção diminuiu em decorrência de problemas climáticos. Enfim, não parece haver correlação entre safras ruins e diminuição da exportação. O crescimento do consumo, seja total, seja *per capita*, não causou problemas no abastecimento, sendo que o estoque em apenas um ano (1955) esteve abaixo de 1/5 do consumo total. Destaque-se a exportação atípica em 1948 e o fato de que na segunda metade dos cinquenta, quando mais se exportou, os estoques também se elevaram, atingindo o maior percentual em relação ao consumo em 1965, em parte devido à excepcional

safras de 1964/5 (ver Tabela 05). Serão apresentados dados desagregados dessa evolução na continuação deste trabalho.

TABELA 02 – BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL E % DO ANIDRO, DA QUANTIDADE ENTREGUE PARA MISTURA À GASOLINA E % DE MISTURA À GASOLINA – (Médias quinquenais de 1930/1-34/5 a 1960/1-64/5, em metros cúbicos, por safras e anos civis).

Quinquênios/Safras	Produção Total Média de Álcool			Quinquênios/Anos civis	Quant. Entregue p/mistura		% de mistura à gasolina
	Quantidade	Índice	% Anidro		N/Nordeste	Centro/Sul	
1930/1-34/5	40.056,8	100	1,4	-	-	-	-
1935/6-9/40	73.862,2	184	28,5	1936-40	4.517,8 (*)	22.081,6	15,3
1940/1-44/5	130.344,2	325	44,3	1941-45	12.609,7	28.663,4	42,0
1945/6-9/50	134.074,6	335	33,1	1946-50	20.996,5	16.817,5	15,4
1950/1-54/5	224.057,4	559	39,9	1951-55	49.982,0	50.111,4	15,2
1955/6-9/60	370.137,0	924	57,8	1956-60	71.174,3	132.211,8	18,4
1960/1-64/5	403.996,2	1.009	33,6	1961-65	43.412,2	69.135,4	13,8

Fonte: IAA (Anuários Açucareiros, vários números e folhas avulsas).

(\*) Média do triênio 1938-40.

É necessário um destaque para a relação entre o mercado de açúcar e de álcool no Brasil. Como ficou indicado acima, a produção de álcool (denominado de “álcool-motor” no período aqui analisado) foi vista como a válvula de escape mais importante para diminuir e/ou evitar o crescimento dos excedentes de açúcar. Embora a transformação do açúcar em álcool tenha sofrido, durante a guerra, o problema da dificuldade de importação do benzeno, necessário à obtenção do anidro carburante, o fato é que depois do conflito mundial, não mais se lançou mão desse artifício. Isso se explica por um aspecto técnico: a expansão da produção de açúcar teve como resultado colateral a expansão da oferta de álcool, pois o “mel residual” geralmente foi utilizado para a obtenção desse produto, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Quando as usinas e engenhos não possuíam destilarias anexas (situação mais comum no Nordeste), o IAA se encarregava de comprar esse mel, processando-o em suas “destilarias autônomas”, ou vendendo-o no mercado externo. Assim, o álcool era o principal subproduto da agroindústria canavieira do Brasil, seguido (de longe) pelo bagaço como matéria-prima para a indústria de papel/papelão. Isto fez com que, logo no seu início, o planejamento estatal incorporasse a utilização do álcool (anidro e mesmo hidratado) como combustível, misturando-o à gasolina importada. Como se percebe, a expansão da produção do “álcool residual” inviabilizou ou tornou desnecessária aquela transformação. Essa produção pode atender também a demanda de álcool para uso industrial, doméstico e farmacêutico.

Os dados da Tabela 02 são importantes indicadores do mercado de álcool no Brasil. Embora uma análise desse mercado esteja fora dos objetivos deste trabalho, não se pode deixar de constatar que tais dados parcialmente podem ser vistos como decorrentes de medidas que lembram o que seria feito a partir de 1975 com o Proálcool, especialmente quanto ao apoio ao álcool carburante como bem alternativo aos excedentes de produção efetiva e potencial de cana e de açúcar no Brasil. Pode-se constatar também uma oscilação dos números, especialmente no tocante à participação do anidro e no percentual de mistura à gasolina, algo que pode merecer uma análise mais específica.

Outra forma de ressaltar a importância do açúcar como produto de mercado interno é a partir da consideração da participação marginal ou mesmo não participação do Brasil nos acordos ou tentativas de acordo sobre o comércio mundial do produto, o que se constitui numa indicação

da pequena importância do produto brasileiro nesse comércio na quase totalidade do período aqui tratado.

A primeira delas - depois da crise de 1929 - ocorreu em 1931, embora as negociações tenham sido iniciadas em 1930, e não contou com a participação brasileira, tendo sido o Peru o único país da América do Sul que dela participou. Tal iniciativa ficou conhecida como “Plano Chadbourne”, um advogado norte-americano que a propôs em nome do governo cubano e dos capitais norte-americanos que atuavam nesse país. Tal plano fracassou principalmente porque alguns países importadores, que não participaram da tentativa, expandiram suas produções e alguns outros tornaram-se também exportadores.

Em 1933 iniciaram-se novas conversações para um efetivo acordo sobre o mercado de açúcar, tendo como sede a cidade de Londres, no âmbito da Conferência Econômica Mundial e durante as quais foi instituído o Conselho Internacional do Açúcar. Em 1937, finalmente chegou-se a um termo comum, com a implementação de um sistema de quotas de exportação, calculadas com base na média das exportações dos últimos cinco anos. A participação do Brasil, embora cogitada desde o início, só se efetivou depois, fundamentalmente porque a quota que se aventou para o país era muito pequena (36.000 t), e “que faríamos do excedente dos seiscentos mil sacos a que, por convenção internacional, ficaria, então, restringida a exportação brasileira?” (TRUDA, 1971:179/80). A quota que acabou sendo destinada ao Brasil foi de 60 mil t anuais, a qual significou um número acima da média exportada entre 1932 e 1936, que foi de 51.909 t., o que pode ser percebido com base nos dados das Tabelas 03 e 04.

Esse acordo tornou-se inútil ou inoperante, pois logo ocorreu o início da Segunda Grande Guerra, sendo que a Europa enfrentou uma escassez de açúcar. O mesmo não parece ter ocorrido nos EUA, pois, cogitada a possibilidade de exportação de açúcar do Brasil para esse país, ela foi afastada pelos americanos sob a alegação de que não havia meios de transporte para o açúcar brasileiro.(ver SZMRECSÁNYI, 1979:202).

Isto está, evidentemente, relacionado ao fato de que os EUA iniciaram em 1934 sua legislação específica sobre o açúcar, a qual passou a ser conhecida como “*Sugar Act*”, que regulamenta a entrada e comercialização do produto, nas diferentes formas ou tipos, no seu mercado interno (uma rica análise dessa política encontra-se em DALTON, 1937). De maneira bem sintética, cabe destacar que foram estabelecidas quotas de fornecimento externo. Para os propósitos deste trabalho, basta citar que a quota atribuída ao Brasil, para 1935, foi de 791 libras ou de 360 k. Como observou o primeiro presidente do IAA, “Uma quota insuficiente, talvez, até mesmo para remessa de amostras” (TRUDA, 1971:182). Assim, como será visto, o Brasil ficou fora, até iniciar-se a década de 1960, deste assim como dos outros dois arranjos especiais ou “mercados preferenciais”, os quais passariam a congrega a maior parte do fluxo internacional de açúcar pelo mundo.

As Tabelas 03 e 04 trazem a evolução e a distribuição das exportações brasileiras de açúcar no período, seja por destino, tomando-se os continentes e destacando-se alguns países e/ou casos, especialmente o do principal importador do produto brasileiro, seja por origem, destacando-se os estados e indicando-se o tipo de açúcar exportado. Como se nota, a Inglaterra foi, até o início da guerra, nosso principal comprador. Isto se deve fundamentalmente à extensão de seu mercado, um dos maiores do mundo naquela época. É evidente que essa exportação poderia ser maior, se esse país não tivesse implementado, a partir de 1924, uma política de apoio, com subsídios, visando a expansão de sua produção interna de açúcar de beterraba, que fez com que ela saltasse das 3.500 t na safra 1913/4, para 27 mil na de 1924/5 e para 500 mil t na safra de 1933/4 (ver CABRAL, 1936:252).

TABELA 03 – BRASIL - EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR (todos os tipos), POR CONTINENTES E PRINCIPAIS DESTINOS - 1930 – 1965 (em t. m.)

Ano	Para a Europa	Para as Américas		Para África		Para Ásia		P/maior importador (1)	TOTAL (3)
		Do Sul	Do Norte	Norte	Restante	Japão	Restante		
1930	82.179	2.277	0	0	0	0	0	74.784 (I)	84.456
1931	10.159	937	0	0	0	0	0	9.907 (I)	11.096
1932	35.859	4.601	0	0	0	0	0	35.443 (I)	40.460
1933	24.790	680	0	0	0	0	0	24.790 (I)	25.470
1934	23.494	403	0	0	0	0	0	23.494 (I)	23.897
1935	71.305	15.586	0	0	0	0	0	71.275 (I)	86.891
1936	82.313	515	0	0	0	0	0	82.177 (I)	82.828
1937	0	298	0	0	0	0	0	192 (U)	298
1938	7.620	463	0	0	0	0	0	7.620 (I)	8.083
1939	41.948	6.406	0	0	0	0	0	40.070 (I)	48.354
1940	61.382	4.751	0	0	0	0	0	23.185 (B)	66.133
1941	10.840	12.033	(60) (2)	2.032	0	0	0	11.808 (U)	24.965
1942	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	46.155
1943	225	22.941	6/E	0	0	0	0	12.000 (A)	23.172
1944	0	57.789	0	0	0	0	0	31.559 (U)	57.789
1945	1.502	23.592	0	0	0	0	0	21.592 (U)	25.094
1946	4.980	15.450	1/E	0	0	0	0	9.116 (U)	20.431
1947	18.910	36.363	3.000/E	500	0	0	3.420	24.000 (U)	62.193
1948	168.155	71.050	0	120	0	0	102.573	87.061 (F)	341.898
1949	39.786	614	0	0	0	0	16.089	10.748 (F)	56.519
1950	0	526	0	0	0	0	23.500	18.000 (K)	24.026
1951	17.829	553	0	0	0	960	0	10.954 (P)	19.344
1952	9.950	562	0	0	0	33.980	0	33.980 (J)	44.492
1953	185.217	27.306	0	21.496	0	9.331	3.160	99.352 (I)	246.534
1954	35.740	32.036	0	0	0	82.745	0	82.745 (J)	150.521
1955	282.072	82.487	0	0	0	126.940	89.484	126.940 (J)	580.983
1956	4.428	14.803	0	0	0	0	4.150	14.545 (U)	23.381
1957	224.726	50.800	0	74.911	0	10.631	47.886	139.788 (I)	408.954
1958	274.484	127.932	0	50.291	28.093	89.528	205.890	99.431 (C)	776.218
1959	237.950	94.117	10.537/E	48.722	10.792	66.193	138.052	118.079 (S)	606.423
1960	192.079	139.597	103.423/E	31.566	0	288.261	101.734	288.261 (J)	856.720
1961	41.207	68.124	293.238/E	49.176	0	258.638	34.481	293.238 (E)	744.864
1962	0	43.823	372.798	0	0	21.085	40.881	361.532 (E)	478.587
1963	28.972	20.017	421.903	0	0	0	21.088	421.903 (E)	491.980
1964	58.150	25.926	163.631	20.945	0	0	0	163.631 (E)	268.652
1965	119.372	124.557	334.910	54.510	39.848	23.418	130.141	326.196 (E)	826.756

Fonte: IAA, Anuários Açucareiros de 1935 a 1967.

Notas: 1. Maiores importadores: I = Inglaterra; U = Uruguai; B = Bélgica; A = Argentina; F = França; K = Hong Kong; P = Portugal; J = Japão; C = China; S = Siri Lanka (ex-Ceilão); E = Estados Unidos da América.

2. Refere-se à exportação para as Antilhas Inglesas;

3. Inclui as seguintes quantidades a título de donativos: 30 (1949); 2 (1951); 24 (1953); 60 (1959 e 1960).

Como se observa, nossas exportações foram predominantemente de açúcar demerara, sendo que apenas na guerra, devido aos problemas com as refinarias européias, exportamos açúcar mais processado, notadamente cristal. A análise dos dados do IAA mostra que a primeira exportação de açúcar refinado ocorreu em 1942. Cabe destacar que nunca exportamos açúcar para o México e, portanto, a diferença entre o exportado para os EUA e para a América do Norte



significa exportação para o Canadá. As exportações para a Europa foram, em sua grande maioria, para os países da área ocidental (o total inclui as exportações para a Islândia).

TABELA 04 – EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇÚCAR (todos os tipos), POR PROCEDÊNCIA (Porto de embarque)–1930–1965 (em t métrica)

Ano Civil	Por Pernambuco	Por Alagoas	Por São Paulo	Pelo Rio de Janeiro (1)	P/Outros estados (2)	Pelo BRASIL	% de Açúcar Bruto (3)
1930	69.852	12.633	0,5	61	1.910	84.456	78 %
1931	10.929	0	0,2	13	154	11.096	55 %
1932	29.509	7.741 *	6	3.021	182	40.459	60
1933	21.832	3.500 *	0	1	137	25.470	71
1934	18.196	5.463 *	0	0	238	23.897	85
1935	66.992	19.716*	28	2	154	86.892	87
1936	70.800	11.887*	3	7	131	82.828	100
1937	192	0	0	0,5	106	298	64
1938	7.944	0	0	0	139	8.083	100
1939	34.389	13.808*	0	1	157	48.355	96
1940	36.029	28.197*	0	85	1.822	66.133	44
1941	14.918	8.772*	12	1.039	224	24.965	75
1942	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	46.155	46
1943	21.912	0	12	172	1.076	23.172	0 (Cristal:99%)
1944	34.608	16.512	0	0	6.669	57.789	4
1945	12.000	8.389	903	3.301	501	25.094	25
1946	13.170	1.800	900	4.227	334	20.431	50
1947	37.529	24.000	1	300	363	62.193	39
1948	260.206	38.221	0	42.983	488	341.898	39
1949	45.711	10.160	60	25	563	56.519	19
1950	23.500	0	0	0	526	24.026	0
1951	17.829	0	0	962	553	19.344	5
1952	32.735	10.464	0	731	562	44.492	99
1953	191.821	54.051	0	33	629	246.534	78
1954	124.021	26.094	0	2	404	150.521	98
1955	309.446	95.172	154.025	22.010	330	580.983	74
1956	10.629	12.496	0	0	258	23.381	81
1957	237.810	46.877	103.936	19.905	426	408.954	81
1958	317.382	69.476	321.980	66.810	570	776.218	84
1959	270.705	74.090	236.376	24.864	388	606.423	79
1960	452.151	115.888	233.037	54.708	936	856.720	89
1961	280.498	86.058	321.946	55.347	1.015	744.864	100
1962	300.289	105.313	72.453	0	532	478.587	99
1963	298.176	116.319	77.037	0	448	491.980	90
1964	182.315	85.762	0	498	77	268.652	96
1965	486.033	166.052	174.671	0	0	826.756	94

Fonte: IAA, Anuários Açucareiros.

Notas: 1: Incluindo o Distrito Federal, depois Estado da Guanabara;

2: Até 1948, refere-se ao Estado do Rio G. do Sul, depois, ao antigo Est. do Mato Grosso;

3: Também Demerara e Mascavo.

\*: Refere-se aos portos de Maceió e de Aracaju.

A diferença dos totais exportados das Tabelas 03 e 04 em relação à 01 deve-se, fundamentalmente, ao fato de que nesta consta apenas o açúcar centrifugado.

As três tabelas mostram que nossas exportações foram inexpressivas em relação à produção e extremamente irregulares. O Uruguai aparece diversas vezes, entre 1937 e 1947, como nosso principal comprador, especialmente nos anos em que as exportações foram pouco representativas. A França aparece em dois anos como principal compradora, mas o destaque na

década de 1950 ficou com o Japão, com aquisições também muito irregulares, evidenciando o caráter especulativo do mercado livre mundial.

As tabelas mostram claramente que nossas exportações alcançaram outro nível médio apenas no final dos anos cinquenta, e mais especificamente, depois que os EUA bloquearam, em 1960, a entrada do açúcar cubano em seu território, o que permitiu o Brasil conseguir, em 1962, uma quota permanente no mercado norte-americano, quota essa que o IAA destinou prioritariamente ao açúcar produzido no Nordeste. A quota norte-americana é revista anualmente, sendo que em meados dos anos sessenta ela era de 360 mil t. (ver BARROS, 1968:476/7). Foi assim que, a partir de 1961 esse país tornou-se nosso principal comprador, assumindo a posição que cabia à Inglaterra nos anos trinta.

Além de irregulares, as exportações apresentaram, na maior parte do período aqui considerado, preços gravosos. O Anuário Açucareiro do IAA de 1940 (p. 94) contém duas tabelas que evidenciam essa gravosidade: para seis safras entre 1931/32 e 1939/40, ocorreram déficits que representaram, em média, 39% do “valor da exportação”, ou seja, o preço de aquisição pago pelo IAA (ou CPDA), mais as despesas até o destino. Diversos artigos de técnicos e de funcionários da autarquia, publicados na revista Brasil Açucareiro, referem-se aos prejuízos da mesma após a normalização do mercado mundial no pós-guerra (sobre isso, ver também SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991).

TABELA 05 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO (em t) DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E PORCENTUAL EXPORTADO (Médias dos quinquênios, associando anos civis a safras)

Anos civis - anos safras	Pernambuco		Alagoas		São Paulo		Rio de Janeiro	
	Produção	% Exp.	Produção	% Exp.	Produção	% Exp.	Produção	% Exp.
1930/4 – 1929/30-33/4	217.078,0	12,8	61.101,2	9,4	87.484,8	0,0	100.878,0	0,6
1935/9 – 1934/5-38/9	228.401,8	13,6	66.856,0	11,4	128.786,8	0,0	133.040,4	0,0
1940/4 – 1939/40-43/4	299.159,6	8,8	93.487,4	13,0	155.197,6	0,0	153.777,0	0,2
1945/9 – 1944/5-48/9	372.973,6	17,2	112.162,0	13,4	261.292,6	0,1	207.059,6	4,6
1950/4 – 1949/50-53/4	495.369,2	14,6	124.788,6	13,0	502.776,6	0,0	263.706,8	0,0
1955/9 – 1954/5-58/9	655.132,2	35,6	198.299,8	30,2	978.277,8	15,4	317.056,0	7,8
1960/4 – 1959/60-63/4	730.563,6	41,4	263.797,0	39,4	1.389.271,2	10,2	387.316,2	5,8
1965 - 1964/5	792.286,0	61,3	309.657,0	53,6	1.608.870,0	10,9	428.676,0	0,0

Fonte: IAA (Anuários Açucareiros e folhas avulsas).

A desagregação das quantidades exportadas segundo suas origens permite estabelecer suas relações com as produções dos respectivos estados. É isso que destaca a Tabela 05, cujos dados tornam evidente que as exportações foram mais importantes para os dois estados do Nordeste e, no caso de São Paulo, nunca foram superiores a 15 % da produção. O que se destaca é a grande elevação da produção desse estado no pós guerra, mas principalmente ao longo dos anos cinquenta, o que está associado, sem dúvida, à intensificação do processo de industrialização ocorrido nessa época.

O mercado interno de açúcar foi marcado, conforme mostrado em RAMOS, 1999:73/4, por uma luta entre produtores (engenhos x usinas) e entre produtos (açúcar branco/centrifugado x açúcar escuro/não centrifugado). Tal luta pode ser resumida no confronto “açúcar de usina x açúcar de engenho”, a qual perdurou até o final do período aqui analisado, pois nessa época ainda operavam muitos engenhos no país, principalmente nas áreas mais afastadas do litoral, mesmo em São Paulo. Para ilustrar isso, convém citar os seguintes dados, todos coletados do Anuário Açucareiro do IAA, de diversos anos: em 1938 haviam 18.148 engenhos de açúcar registrados junto ao IAA; em 1965, esse número caiu para 12.096; a produção das usinas, na média do triênio

das safras 1929/30-30/1-31/2, significou 52% do total produzido no Brasil, elevando-se para 76% em 1945/6-46/7-47/8; o consumo *per capita* do “açúcar de usina” elevou-se, entre 1938 e 1947, de 16,1 para 22 k, sendo que o de “açúcar de engenho” caiu de 7,5 para 6,6 k. Infelizmente, a comparação termina em 1948, já que o IAA não recebeu mais as informações sobre a produção dos engenhos, cuja apuração era de responsabilidade do Ministério da Agricultura. Como se sabe, o IAA era vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio. Destaque-se que, durante a guerra, chegou a faltar açúcar branco (cristal e refinado) em São Paulo, com o que se expandiu o consumo de açúcar escuro e que esse estado também recebia do Nordeste açúcar para processar em suas refinarias.

Aquela luta foi vencida pelas usinas pelos mesmos motivos que levaram o Brasil a perder o mercado externo, e pode ser também vista como uma disputa de produções regionais, já que São Paulo saiu vitorioso, principalmente mas não apenas porque o mercado interno concentrou-se às portas de suas fábricas. Essa vitória fica bem ilustrada pelos seguintes dados: na média do triênio 1935-7, São Paulo “importou” nada menos do que 93,6% do que produziu; já no triênio 1960-2, tal média foi de 4,5% (ver RAMOS, 1983: Cap I e p. 4). Foi na safra de 1951/52 que, pela primeira vez, São Paulo produziu uma quantidade de açúcar de usina maior que a de Pernambuco. Assim, esse estado, que havia perdido o mercado externo, perdeu também o interno.

Contribuiu para o processo que estamos analisando o comportamento dos preços do açúcar nesse mercado. Dados do IAA mostram que, no período de 1933 a 1948, tal preço foi um dos mais estáveis quando comparado com os preços de diversos outros gêneros alimentícios (ver Anuário Açucareiro, edições de 1942/4 e 1948/9). Já entre 1952 e 1962, o preço real do açúcar cristal “standard” situou-se bem acima do seu nível inicial apenas em 1956, ficando um pouco acima em 1954 e 1957 (conf. RAMOS, 1983:21).

TABELA 06 – BRASIL - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE (em t) NO COMÉRCIO INTERNO DE AÇÚCAR (todos os tipos), PARTICIPAÇÃO DE SÃO PAULO+DISTRITO FEDERAL E RELAÇÃO (%) COM AS QUANTIDADES EXPORTADAS – PERÍODO 1935 – 1962.

Ano civil	Total “importado”		Quant. Export./ Quant. Com. Int.	Ano civil	Total “importado”		Quant. Export./ Qt. Com. Int.
	Quantidade	% SP+DF			Quantidade	% SP+DF (*)	
1935	416.880	60,5	20,8	1950	767.195	42,3	3,1
1936	417.360	54,4	19,8	1951	831.148	41,3	2,3
1937	401.040	58,5	0,07	1952	776.513	38,2	5,7
1938	439.020	58,5	1,8	1953	837.928	28,2	29,4
1939	505.560	59,5	9,6	1954	894.084	31,2	16,8
1940	547.200	62,2	12,1	1955	903.724	34,7	64,3
1941	584.100	57,4	4,3	1956	1.229.501	40,6	1,9
1942	493.560	57,0	9,4	1957	987.045	35,9	41,4
1943	520.860	50,1	4,4	1958	937.722	28,1	82,8
1944	589.080	53,1	9,8	1959	966.340	31,9	62,8
1945	569.580	54,4	4,4	1960	1.065.686	31,2	80,4
1946	603.660	51,7	3,4	1961	1.198.437	25,8	62,2
1947	532.560	48,1	11,7	1962	1.164.546	25,8	41,1
1948	675.120	48,6	50,6	1963	n. d.	n. d.	n. d.
1949	753.600	46,1	7,5	1964	n. d.	n. d.	n. d.

Fonte: IAA (Anuários Açucareiros e folhas avulsas).

(\*) Depois de 1960, o Distrito Federal aqui considerado passou a ser o Estado da Guanabara.

Evidentemente, o comércio intranacional não ocorria apenas entre Pernambuco e São Paulo, e sim entre a Região Nordeste e a Sudeste, com concentração da circulação interna nas duas áreas de maior urbanização (Estado de São Paulo e Distrito Federal, depois Estado da

Guanabara). A Tabela 06 traz dados para ilustrar esse comércio. Fica evidente sua maior importância, seja em termos de quantidades, seja em termos de estabilidade, já que as disparidades no percentual da relação entre as quantidades devem-se às oscilações nas exportações. Os dois outros estados maiores importadores eram o Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Voltando à questão do mercado mundial, ocorreu que novas negociações foram iniciadas em 1948, novamente a pedido de Cuba (Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar). Contudo, o que cabe antes destacar foi a criação, no pós guerra, de dois novos mercados preferenciais. A Rússia, que foi signatária do acordo de 1937, assumiu uma posição dúbia nessas negociações e, sem abandonar explicitamente o Conselho Internacional do Açúcar, acabou criando, em 1949, o mercado preferencial do Comecon/Conselho Econômico de Assistência Mútua. Em 1951, foi a vez da Inglaterra criar o *Commonwealth Sugar Agreement*, no âmbito da Comunidade das Nações liderada por ela desde 1931. A participação do açúcar brasileiro nesses mercados passaram a ser residuais exatamente porque os acordos que os originaram previam, como mecanismo de segurança, a aquisição de quantidades complementares de açúcar no mercado livre mundial.

As mencionadas negociações sobre um novo acordo se estenderam até 1953, quando então se chegou a um acordo bastante conflituoso. Não cabe aqui discutir as razões disso mas apenas destacar a posição do Brasil: algo semelhante ao ocorrido vinte anos antes se sucedeu. O Brasil ameaçou dele não participar, pois, tendo pleiteado inicialmente uma quota “não menor do que 400.000 t. m.”, recebeu como “oferta” uma de 100.000 t. m.. Acabou sendo um dos signatários com uma quota de 175.000 t. m., o que foi considerado pelo chefe da delegação brasileira “uma grande vitória (...) pois, é uma válvula de garantia para os inevitáveis excessos da produção açucareira nacional” (conf. DÉ CARLI, 1953:65). Isto expressa bem a forma com era vista a exportação brasileira de açúcar. Essa quota estava abaixo do que o país exportou naquele ano, mas acima da quantidade média exportada entre 1948 e 1952 (97.256 t. m.), o que evidencia que a forma de cálculo da quota dificultava a mudança de posição de um país.

A quota obtida, contudo, não foi exatamente uma vitória, pois o Brasil, ainda insatisfeito com ela, deixou o acordo em 1955 e, junto com o Peru tornaram-se “francos atiradores” no mercado livre mundial. Depois, o Brasil assinou em 1956 um protocolo de intenção, no qual sinalizava aceitar uma quota de 550 mil t. m., o que antecipou sua volta ao Conselho Internacional de Açúcar. Especialmente o Brasil, mas também o Peru e outros países, acabaram recebendo uma atenção especial no novo acordo de 1958, pois, embora tivesse sido previamente definido que os exportadores de 1953 não teriam suas quotas majoradas, algumas o foram, sendo que a do Brasil foi a que mais aumentou, passando a ser de 550.000 t. m., cabendo destacar que mesmo assim ainda houve tentativa de se conseguir uma de 700 mil t. (ver MONT’ALEGRE, 1976/7:204).

Numa reunião preparatória do acordo de 1958, em Havana, o Brasil havia deixado claro que queria passar a participar do mercado preferencial norte-americano. A revolução cubana se encarregaria de tornar isso possível, o que significou que o país voltava a ser, depois de mais de um século, um exportador importante na mesma época em que São Paulo também já não podia mais contar apenas e principalmente com o seu mercado local para realizar parte significativa de sua produção.

A importância da entrada do açúcar brasileiro no mercado preferencial norte-americano não é nada desprezível. Além de representar uma garantia de realização de parte significativa dos excedentes estruturais, conforme anteriormente apontado, a realidade é que nesse mercado os preços têm níveis mais elevados e são menos instáveis. Exemplifica isso o fato de que, entre 1949

e 1954, a média anual dos preços no mercado livre mundial oscilou entre 3,41 e 5,68 centavos de dólar por libra-peso; já os preços do mercado preferencial norte-americano situaram-se entre 4,94 e 5,42 (ver dados em MONT’ALEGRE, Out./1955:88/9). Outros dados confirmam a instabilidade dos preços (FOB) no mercado livre mundial: entre 1950 e 1964, eles variaram de 64,00 a 220,46 dólares por tonelada métrica, conforme dados apresentados por WATSON, 1972:104.

TABELA 07 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS (em mil t. m.) DOS ACORDOS INTERNACIONAIS SOBRE O AÇÚCAR – 1937 – 1953 – 1958.

Acordo de 1937		Acordo de 1953		Acordo de 1958	
1. Países Baixos (*)	1.050	1. Cuba	2.250	1. Cuba	2.415
2. Cuba	940	2. Formosa	600	2. Formosa	655
3.Rep. Dominicana	400	3.Rep. Dominicana	600	3. Rep. Dominicana	655
4.Perú	330	4. Perú	280	4. BRASIL	550
5.Tchecoslováquia	250	5. Tchecoslováquia	275	5. Perú	490
6. U. R. S. S.	230	6.Indonésia	250	6. Indonésia	350
7.Alemanha	120	7, Polônia	220	7. Tchecoslováquia	275
8.Polônia	120	8. U. R. S. S.	200	8. Polônia	220
9. BRASIL	60	9. BRASIL	175	9. U. R. S. S.	200
10.Hungria	40	10. Alemanha Oriental	150	10. Alemanha Oriental	150
11. Haiti	32,5	11. México	75	11. Dinamarca	75
12. Portugal (*)	30	12. Dinamarca	70	12. México	75
13. Bélgica (**)	20	13. Bélgica (**)	50	13. Bélgica (**)	55
-	-	14. Haiti	45	14. Haiti	45
-	-	15. Hungria	40	15. Hungria	40
-	-	16. Outros (***)	105	16. Outros (***)	165
TOTAL	3.622,5	TOTAL	5.385	TOTAL	6.415

Fontes: MONT’ALEGRE, Out./1955 e Dez./1958.

Notas: (\*) Incluem territórios e/ou possessões de ultramar; (\*\*) Inclui o Congo Belga.

(\*\*\*) Em 1953, refere-se a: Holanda, 40; Colômbia, 5; França, 20; Filipinas, 20, Iugoslávia, 20. Em 1958 a: Colômbia, 5; Filipinas, 25; França, 20; Índia, 25; Itália, 20, Países Baixos, 40; Portugal (\*), 20 e Turquia, 10.

A Tabela 07 apresenta a distribuição e a evolução das quotas dos países exportadores signatários dos acordos de 1937, de 1953 e de 1958. A quota brasileira teve uma elevação de 817% no período, a de Cuba foi elevada em 157% e a da República Dominicana em 64%. Evidentemente, a situação do maior exportador em 1937 modificou-se, pois Java estava incluída na quota dos Países Baixos/Holanda, e em 1957 aparece como Indonésia, dada a independência ocorrida em 1945. Destaca-se também o surgimento de novos exportadores no período.

Embora o Brasil tenha evoluído para a quarta posição como quotista na Tabela 07, o fato é que o país ocupava, no início dos anos sessenta, a sétima posição como exportador para o mercado livre mundial, se tomada a média das vendas para este, entre 1960 e 1965, calculada com base nos dados apresentados por MONT’ALEGRE, 1973:40/1. Isto se deve ao fato de que os acordos sobre tal mercado não tem em conta a participação dos países exportadores deles não participantes, como é o caso dos países pertencentes à comunidade britânica. A própria Comunidade Econômica Européia, tomando-se aquela média, aparece situada à frente do Brasil, como quarta maior exportadora para o mercado livre mundial, depois de Cuba, Austrália e Formosa e seguida da Polônia, da Tchecoslováquia e, enfim, do Brasil. O tratamento desses aspectos e da situação daqueles anos estenderia em demasia este texto.

A exportação de açúcar passou a ser um preocupação maior do IAA apenas no início da década de 1960, em parte devido ao impacto que teve a entrada do açúcar brasileiro no mercado

norte-americano, conforme visto. Isso pode ser caracterizado pelo fato de que foi em 1961 que a autarquia criou sua Divisão de Exportação, embora há muito já tivesse um escritório de representação em Londres. Mas não foi apenas isso. Também na primeira metade dos sessenta uma conjuntura conturbada marcou o mercado mundial de açúcar, e da qual acabou se destacando uma perspectiva pessimista quanto ao abastecimento futuro, inclusive com análises feitas por organismos internacionais, como a FAO, prevendo-se uma escassez generalizada. Como compartilhavam dessa visão analistas brasileiros, vinculados ou não ao IAA, essa autarquia acabou iniciando um programa destinado a dotar o complexo canavieiro brasileiro de capacidade para atingir em poucos anos a produção de 100 milhões de sacas de açúcar (ver SZMRECSÁNYI, 1979:254/72).

A história que se desdobrou dessa conjuntura, especialmente no tocante às relações entre produção e exportação de açúcar pelo Brasil, pode ser tema para outro artigo.

#### **4. OBSERVAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve com objetivo contribuir para uma compreensão mais adequada da produção e participação brasileira de açúcar no tocante às relações entre mercado externo e mercado interno, assim como para a compreensão da natureza da atividade produtiva em si mesma, a partir de uma análise que enfatizou as relações entre a evolução e composição dessas variáveis. Nessa perspectiva, contribui para o entendimento de que o açúcar foi fundamental no processo de formação do mercado interno brasileiro, pois é um bem cuja obtenção se confundiu com o processo mais amplo de industrialização e urbanização que marcou a economia brasileira desde a segunda metade do Século XIX, embora tenha sido privilegiado um período mais recente. Assim, destacou-se que o mercado de açúcar foi parte integrante daquilo que Celso Furtado denominou de “deslocamento do centro dinâmico” (FURTADO, 1977:Cap. XXXII), ou seja, uma expansão fundamentalmente endógena, em grande medida viabilizada pela orientação “nacional/desenvolvimentista” que marcou a economia nacional e a ação do Estado durante bom tempo. Fez parte desse processo a concentração em São Paulo, cuja participação na exportação de açúcar somente tornou-se relativamente expressiva a partir do final da década de 1950.

Assim, o açúcar recebeu do governo brasileiro a mesma atenção conferida ao produto por outros países, tendo sido objeto de uma política governamental que em poucos outros casos se repetiu internamente. Isso está, obviamente, relacionado às características e importância do processo de obtenção e consumo do açúcar, evidenciando que em nada contribui, para a compreensão da história brasileira no período tratado, ter esse bem como produto agrícola e como mercadoria de exportação. Deve ter ficado devidamente caracterizado que o Brasil, no período aqui analisado, tornou-se um grande exportador somente depois de ter-se tornado um grande produtor para o mercado interno. Assim, mais de um século depois, o país voltava a ser um importante exportador de açúcar.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BARROS, B. C.. “Cana-de-Açúcar”. In Revista de Economia Rural, SOBER, Rio de Janeiro, Vol. I, N. 1, Junho de 1968, pp. 469/80 e 487/90.
- CARNEIRO, W.. “Açúcar *demerara*, matéria-prima da refinação”. In Brasil Açucareiro, Vol. LXXVI, n. 6, Dez. 1970, pp. 62-73.
- CABRAL, T. “O Açúcar no mundo”. In Anuário Açucareiro 1936, IAA. Rio de Janeiro, pp. 230-258.

DALTON, J. E.. Sugar – A case study of government control. New York, The Macmillan Company, 1937.

DÉ CARLI, G. “Conferência internacional do açúcar”. In Brasil Açucareiro, Setembro de 1953, pp. 39-94.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 15 ed., 1977.

GOLDIN, I. & REZENDE, G. C. de. A Agricultura brasileira na década de 80: Crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro, IPEA, (Série IPEA, 138), 1993.

HOMEM DE MELO, F. “Do que dependem os preços agrícolas”. In Gazeta Mercantil, ed. de 22/01/2001, p. A-2.

IAA/Inst. do Açúcar e do Alcool. Brasil/Açúcar. (Coleção Canavieira N. 8). Rio de Janeiro, 1972.

LIPPMANN, E. O. von. História do Açúcar. Rio de Janeiro, IAA, 1940/42 (2 volumes).

LUXEMBURG, R. A Acumulação do Capital – Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo, Nova Cultural, (Os economistas), 1985.

MONT’ALEGRE, Omer. “Política internacional do açúcar” . In Brasil Açucareiro, Set. e Out./1955.

\_\_\_\_\_. “A Conferência do açúcar – Genebra, 1958”. In Brasil Açucareiro, Dez./1958, pp. 26-37.

\_\_\_\_\_. “Açúcar às vésperas de um novo acordo”. In Brasil Açucareiro, Junho/1973, pp. 20-42.

\_\_\_\_\_. Estrutura dos mercados de produtos primários. Rio de Janeiro, IAA, 1976/7 (Coleção Canavieira N. 22).

RAMOS, P. Um Estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, dissertação de mestrado, 1983.

RAMOS, P. Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil. São Paulo, Ed. Hucitec, 1999.

ROBINSON, J. Nova contribuições à Economia Moderna. São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira – Origem e desenvolvimento. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986 (com edição de relançamento em 2001).

TAVARES, M. da C.. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, Ed. da Unicamp, 1986.

SZMRECSÁNYI, T.. O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975). São Paulo, Ed. Hucitec/Univ. Estadual de Campinas, 1979.

SZMRECSÁNYI, T. & MOREIRA, E. P. “O Desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial”. In Estudos Avançados, São Paulo, USP/Universidade de São Paulo, 11(5), pp. 57-79, 1991.

WATSON, F. “Mercados interno e externo de açúcar”. In Brasil Açucareiro, Maio/1972, pp. 102-05.

## NOTAS:

---

• Agradeço o auxílio do mestrando Araken Alves de Lima na confecção da versão preliminar deste artigo.

<sup>1</sup> Professor Assistente Doutor do Instituto de Economia da Unicamp/Univ. Estadual de Campinas, Núcleo de Economia Agrícola. Caixa Postal N. 6135, Cidade Universitária Prof. Zeferino Vaz, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, Brasil. E-mail: peramos@eco.unicamp.br.